

O IMPERATIVO DA POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL

José Maria Nunes Pereira

Edson Borges

(Centro de Estudos Afro-Asiáticos)

II CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo, 04 a 07 de agosto de 1992

O IMPERATIVO DA POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL

José Maria Nunes Pereira e Edson Borges.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo fazer um balanço, ainda que provisório, das atuais relações do Brasil com a África. Essas relações têm sido marcadas, nos dois lados do Atlântico Sul, tanto por crises econômicas e políticas quanto por novos desafios, resultantes das rápidas e profundas mudanças desencadeadas a partir da administração Gorbatchev e, de forma simbólica e impactante, após a queda do muro de Berlim, anunciando o fim da guerra fria. Tais eventos tiveram repercussão no Brasil e, em maior escala ainda, no continente africano, exposto ao jogo da guerra fria e às conseqüências da retirada do apoio soviético e do leste europeu a países de modelo socializante.

O artigo não faz, portanto, um retrospecto das relações Brasil-África desde o período de cumplicidade com o colonialismo português até à implantação, no governo Geisel, de uma política externa ecumênica, pragmática e responsável, no essencial, ainda hoje vigente¹. A nosso ver, é imperativo que essa política africana prossiga e se aprofunde, procure superar os obstáculos com criatividade e, sobretudo, com o respaldo da sociedade através dos seus órgãos de representação.

2. A SAÍDA DO AFRO-PESSIMISMO

Os anos 80 foram considerados na África - mais ainda do que na América Latina - a década de todas as crises, dando origem

a um sentimento generalizado que foi apelidado de afro-pessimismo. Uma conjugação perversa de fatores, tanto conjunturais quanto estruturais acarretou, para a maioria dos africanos, uma baixa no padrão de vida material para um patamar inferior ao da década de 1960², um decréscimo da produção de alimentos e crescimento negativo do PIB.

Tanto no plano econômico quanto no político-estratégico, a África perdeu boa parcela de sua importância no contexto internacional. Em termos econômicos, por exemplo, a África viu ser reduzida sua participação no comércio mundial de 5% em 1985 para 2% em 1989³.

Essa marginalização econômica se acentua na perda, pelo menos a curto prazo, do valor estratégico de certas matérias-primas minerais, o que provocou a diminuição no fluxo de capitais estrangeiros. Entre 1981 e 1987, a deteriorização dos termos de troca representou para a África a perda de cerca de 3 bilhões de dólares⁴.

No plano político-estratégico o continente sofreu uma marginalização na cena internacional depois de ter passado por uma valorização no período 1975-1985, quando a África foi mais intensamente um terreno para a guerra fria e pôde usar de um "clientelismo" diplomático que, na época de valorização do petróleo e do apoio árabe, lhe valeu um certo poder de barganha.

A saída do afro-pessimismo, ou o início de um afro-realismo, é proporcionada pela conjugação, desta vez favorável, de uma série de fatores. O primeiro deles, é a solução pacífica para a maior parte dos conflitos armados que dilaceraram a África e que, junto com catástrofes naturais ocorridas em várias regiões, como as maiores secas deste século, devastaram países e tornaram a África o continente detentor do maior número de refugiados pela guerra

e pela fome.

O desenvolvimento dos processos de paz e democratização na África Austral constituem o melhor exemplo do afro-realismo. A retirada sul-africana e cubana de Angola, a independência da Namíbia, os passos lentos mas irreversíveis no sentido da abolição do apartheid e o acordo de paz em Angola (MPLA-UNITA), em maio de 1991, ao qual deverá seguir-se em breve o da Frelimo com a Renamo, em Moçambique, são fatos relevantes. Eles apontam para uma nova era na África Austral — a região estratégica e econômica mais importante da África Subsaariana bem como aquela com quem o Brasil tem mais afinidades, especialmente Angola e Moçambique, e onde tem mais investido, tanto política quanto economicamente.

O segundo importante fator que está largamente contribuindo para a mudança do quadro pessimista africano é a onda de democratização que vai se espalhando pelo continente. Embora influenciada pela nova realidade do leste europeu e pela pressão dos países ocidentais, a vontade de implantação generalizada da democracia na África tem uma raiz profunda. É a consequência do repúdio popular, sobretudo das camadas urbanas, a regimes autoritários, de esquerda ou de direita, que se apoiavam em partidos únicos, cuja função histórica de realizar a unidade nacional e conduzir o desenvolvimento caducava, ou já havia falido desde o início.

Essas populações, vítimas dos descalabros de dirigentes e de modelos inadequados, sofreram igualmente na carne as consequências de uma ordem internacional adversa e da implantação de planos de reajustamentos estruturais, sob a égide do FMI e do Banco Mundial.

O PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e a África Austral como região, estão na vanguarda de todas essas

mudanças a que nos temos referido. Em termos eleitorais, a oposição assumiu o poder, sem traumas, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, após a implementação do multipartidarismo pelos governos anteriores, de partido único. Em Angola, após o acordo de paz, vários partidos estão se preparando para as eleições marcadas para 29 e 30 de setembro de 1992. Em Moçambique, embora as negociações entre governo e rebeldes ainda não tenham desembocado num acordo de paz, novos partidos políticos já estão atuando. Tanto Angola como Moçambique abandonaram o marxismo-leninismo como doutrina do Estado. Na Zâmbia, o presidente K. Kaunda, há 27 anos no poder, reconheceu prontamente a sua derrota eleitoral, em outubro de 1991, para o seu oponente F. Chiluba.

Eduardo Baptista, da Funcex, anota essas mudanças e sublinha: "Após a América Latina e a Europa do Leste, chega a vez da África anunciar a liberalização, a implementação de medidas favoráveis ao investimento estrangeiro, privatizações, etc"⁵.

3. BRASIL: PRIMEIRO OU TERCEIRO MUNDO?

A polêmica sobre qual é, na realidade, a inserção internacional do Brasil, se no Primeiro ou no Terceiro Mundo, é relativamente antiga. Uma outra questão, paralela, quase decorrente, mas não coincidente, é acerca do que se chamaria de terceiro-mundismo na política externa brasileira, e que vem sempre à baila quando o Brasil acentua a prioridade de suas relações com a África.

Vamos por partes. Se o Brasil pertence ao Primeiro ou ao Terceiro Mundo, ou se essa dicotomia excludente é incorreta, é uma questão que tem sido abordada por vários analistas nacionais e estrangeiros. Ela foi especialmente discutida nos meados dos anos

70, quando o FMI pretendeu "graduar" o Brasil entre os NIC (Newly Industrialized Countries) e, desta forma, negar-lhe, na época, os direitos a financiamentos especiais do Banco Mundial.

Wayne Selcher, professor norte-americano especialista em política externa brasileira, escreveu, em 1978, um livro pioneiro, Brazil's Multilateral Relations - Between First and Third World, onde mostrava essas duas facetas do comportamento internacional do Brasil⁶. Também o professor alemão Wolf Grabendorff sintetiza essa ambivalência da seguinte forma: "O comportamento brasileiro em política exterior, ao advogar algumas vezes determinados objetivos do Primeiro Mundo e, outras vezes, determinados objetivos do Terceiro Mundo, tentando sempre obter vantagens a seu favor, pode ser representado pelo conceito de classe média internacional [em grifo no original]. O Brasil se vê a si mesmo na posição de classe média em ascensão que trata de abrir caminho para a classe alta"⁷.

A visão de Grabendorff encontra certa similitude na de Celso Lafer, para quem "O Brasil é um país intermédio na presente estratificação mundial", arrolando, em seguida, como um dos recursos brasileiros, "a capacidade diplomática de, junto com os países do Terceiro Mundo, desenvolver os esforços para a paz (...) e promover a cooperação internacional, servindo de ponte entre culturas e civilizações"⁸.

A nosso ver, contudo, a mais abrangente resposta a esta questão foi dada pelo Embaixador Ronaldo Sardenberg, há dez anos atrás, ao repudiar o caráter excludente dessa dicotomia. Segundo Sardenberg "à hipotética opção que deveria o Brasil fazer entre o mundo ocidental e o Terceiro Mundo, hoje aceita-se, com naturalidade, que tanto a dimensão ocidental quanto a terceiro-mundista fazem parte do nosso perfil externo. Uma opção entre elas seria, na verdade, um empobrecimento voluntário, pois ambas estão presentes

na formação da nacionalidade brasileira, em nossa infra-estrutura econômica, em nossas tradições e expectativas culturais e nas premissas do nosso processo político. Temos que assumir, política e culturalmente, o fato de estarmos inseridos em dois universos distintos e, até certo ponto, contraditórios. Devemos aceitar as tensões que esta situação invariavelmente implica e aproveitar criativamente as oportunidades que enseja. Devemos assumir também o fato de que, embora tenhamos uma 'herança ocidental', não integramos o Primeiro Mundo"⁹.

Embora atualmente prefiramos a noção de Sul, numa óbvia alusão a uma nova dicotomia que impera mais visivelmente nas atuais relações internacionais, convenhamos que a noção de Terceiro Mundo, lançada despretensiosamente por Albert Sauvy no semanário Le Nouvel Observateur, em agosto de 1956, continua operacional até hoje, apesar de por demais imprecisa. Entre os vários sentidos que ela possa ter, podemos, para o que temos em vista, apontar dois.

O primeiro sentido, sublinharia a condição de pobreza e de desigualdade de distribuição de renda, com a permanência de estruturas sócio-econômicas caducas ou perversamente reorientadas. Ora, escapar dos níveis de miséria e de desigualdade social do Terceiro Mundo, e procurar aproximar-se de patamares do Primeiro Mundo, é não só aspiração legítima de qualquer país, como tarefa a ser cumprida pela nação e seus dirigentes.

O segundo, é uma noção mais histórica, que abrangeria os chamados "povos de cor" - África, Ásia e América Latina. Nessa perspectiva, eles teriam em comum, latu senso, a experiência histórica da colonização, não só no que ela teve de repressora, de corte violento de processos de desenvolvimento e autonomia, mas igualmente no que ela ensejou de contribuição ocidental de valores da

civilização hoje assimilados como universais. Esse segundo sentido de Terceiro Mundo, no que ele representa de herança histórica, é um patrimônio civilizatório que pode e deve continuar a traduzir-se em solidariedade — cuja marca permanece por largas décadas ou até séculos.

A nosso ver, o Brasil pertence ao Terceiro Mundo nas duas perspectivas acima apontadas. Deverá tentar escapar da primeira e assumir enriquecedoramente a segunda, como aponta Sardenberg.

Quanto à questão do terceiro-mundismo que, segundo alguns seria um vício recorrente da política externa brasileira, seria útil tentar estabelecer a diferença entre ter uma política terceiro-mundista e implementar um política para o Terceiro Mundo, no caso brasileiro para África, em particular.

De modo muito simplificado, podemos chamar de terceiro-mundista a política externa seguida por Estados provenientes, na sua grande maioria, da descolonização dos impérios europeus. Esses países, onde normalmente predomina o subdesenvolvimento, bali-sam a sua ação externa por uma atitude tida como não-alinhada, reivindicativa e de barganha política entre as grandes potências. Essa reivindicação está ligada à adversidade da atual ordem internacional, e é exercida através de organismos das Nações Unidas, e de alianças, grupos e organizações de caráter regional e econômico ou de cunho étnico religioso, onde predominam os países afro-asiáticos (OUA, Grupo dos 77, Liga dos Estados Árabes, Conferência Islâmica, etc.).

A União Indiana poderia ser apontada, na Ásia, como um dos países de política terceiro-mundista mais marcante. Na África, o exemplo poderia ser a Argélia. No entanto, nos dias de hoje, certas marcas do terceiro-mundismo, como o não-alinhamento, por

exemplo, sofreram profundos desgastes com as mudanças recentemente ocorridas no sistema mundial de poder.

Não pensamos que o terceiro-mundismo seja exatamente o caso do Brasil e, muito menos, que o Itamaraty pratique uma contrafação do terceiro-mundismo, erro não raramente cometido por alguns países de liderança regional. Essa contrafação é marcada pela retórica paternalista visando a um clientelismo imediatista em que a prática está muito distante da formulação política.

O que nos parece se aproximar mais do caso brasileiro, é o deste país ter uma política para o Terceiro Mundo, em especial para a América Latina - onde está inserido - e para a África, sua parceira a leste. É evidente que na política internacional do Brasil há uma componente de Terceiro Mundo, já que este é partícipe da sua formação histórica e da realidade social ainda vigente.

É na componente reivindicativa da política externa brasileira que os seus críticos pretendem ver uma "recaída no terceiro-mundismo"¹⁰. Esse caráter reivindicativo — quando adequadamente formulado — é uma reação lógica decorrente da questão básica com que se defronta o Brasil no plano internacional: o congelamento do poder mundial.

Araújo Castro, o grande formulador político do Itamaraty desde a década de 1960, salientava que "a política internacional do Brasil não pode aceitar as premissas ou conclusões de qualquer processo de congelamento do poder mundial [em grifo no original]. E quando nos referimos ao congelamento do poder, não pensamos apenas em congelamento do poder militar, mas também do poder econômico, monetário, científico, tecnológico. O Brasil não pode aceitar que decisões que afetem seu destino e sua vida nacionais sejam tomadas por um círculo minguante de grandes potências militares ou monetárias sem que seja ouvida a sua voz e consultado seus interes

ses"¹¹.

Essas palavras, pronunciadas há vinte anos em Washington, para uma platéia de militares, continuam, a nosso ver, válidas para os dias atuais. Araújo Castro desdobra essa sua afirmação acrescentando que não se pode aceitar "distintas categorias de nações: uma categoria de países fracos e, portanto, não adultos e não responsáveis", o que leva a institucionalizar a "desigualdade de nações e parece aceitar a premissa de que os países fortes se tornarão cada vez mais fortes e os países fracos se tornarão mais fracos"¹².

Essa postura de política internacional apontada por Araújo Castro é muito mais complexa e abrangente do que uma política terceiro-mundista. Ela é necessária a um país que por suas dimensões e recursos pode ser considerado como uma potência emergente que luta por um lugar ao sol num ambiente internacional bastante adverso.

Assim sendo, a política do Itamaraty deve ser capaz de remover ou, na medida do possível, neutralizar as limitações externas que prejudiquem o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil para que o país, assim alavancado, possa alcançar um patamar internacional mais condigno com suas potencialidades e aspirações.

4. A POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL EM QUESTÃO

Com a queda dos valores do comércio Brasil-África nos últimos cinco anos — associada à crise geral do continente africano que lhe reduziu a capacidade de pagamento —, a política africana do Brasil começou a ser questionada e, ao mesmo tempo, a ser vinculada a um terceiro-mundismo sem resultados. Esse questionamento aumentou com a leitura, quanto a nós equivocada, da política exter

na implementada pelo presidente Collor.

Antes de abordarmos mais diretamente esse questionamento, convém retroceder e fazer um balanço dos resultados, pelo menos a nível comercial, do que foram as relações Brasil-África nestes últimos 15 anos. Marchés Tropicaux et méditerranéens, o mais conceituado semanário econômico sobre a África, ao fazer, há três anos atrás, uma análise das relações comerciais do Brasil com esse continente, comentava: "Tradicionalmente ausente da África, o Brasil obteve sucesso na penetração comercial que realizou durante os anos 70 e o início desta década. A partir de então os fluxos comerciais foram se reduzindo bastante (...), no entanto, esse país conseguiu criar novas correntes comerciais que deverão ser mantidas apesar das dificuldades do quadro atual"¹³.

Numa avaliação anterior, de 1986, portanto, antes da retração comercial, o então ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, sintetizava: "O intercâmbio comercial [com a África], por exemplo, deu provas de um dinamismo espetacular nos últimos anos, crescendo a taxas muito superiores à média do aumento do comércio exterior brasileiro. Em quinze anos, de 1970 a 1985, o volume desse intercâmbio passou de US\$ 130 milhões para mais de US\$ 3,4 bilhões. Esta cifra ultrapassava, por exemplo, o volume do comércio brasileiro com a América do Sul que, em 1985, alcançou US\$ 3,27 bilhões"¹⁴.

Depois do pico de 1985, as relações comerciais Brasil-África retraíram-se. O comércio total com o continente somou, em 1990, US\$ 1,6 bilhão, o que representa 3,07% do comércio total do Brasil quando, em 1985, esse percentual era de 9,4%.

Várias foram as razões dessa queda de participação da África no comércio global brasileiro. Detenhamos uma delas: a redução da compra de petróleo africano pelo Brasil. Esse produto re

presentava cerca de 95% das importações brasileiras provenientes dos países africanos. A participação da África no total das importações petrolíferas brasileiras passou de 3%, em 1979 a 30%, em 1985¹⁵. Nesse ano, a Nigéria tornou-se o segundo fornecedor do Brasil, logo após o Iraque. Essa compra de petróleo era feita essencialmente por countertrade, em troca de manufaturados brasileiros. Após a subida ao poder do general Babangida, em agosto de 1985, os contratos de countertrade foram suspensos para reavaliação¹⁶.

As trocas comerciais com a Nigéria foram diminuindo gradativamente e, em 1990, limitavam-se, nos dois sentidos, a pouco mais de US\$ 200 milhões, quando em 1985 era cerca de dez vezes mais¹⁷. O vice-diretor geral para Assuntos Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Embaixador A. Blankson, afirmou, em entrevista aos autores deste artigo, que a iniciativa da retomada de crescimento do fluxo comercial com o seu país caberia ao Brasil¹⁸.

A Nigéria serve, neste texto, como um exemplo da retração do comércio Brasil-África, derivada de uma vinculação excessiva entre petróleo africano e manufaturados brasileiros. Com a crise dos dois lados do Atlântico Sul as exportações brasileiras decaem, os financiamentos escasseiam, e as dificuldades de pagamento do lado africano aumentam, com a recessão e o crescimento dos serviços da dívida externa.

No entanto, se pelo lado comercial as relações Brasil - África perdem peso e os investimentos em joint-ventures não decolam, o mesmo não ocorre em relação à presença ativa de empresas brasileiras no continente, especialmente na área de prestação de serviços, com destaque para a de construção pesada. A prioridade regional brasileira também mudou, concentrando-se na África Aus-

tral, onde Angola assume um papel relevante, sobretudo agora em que a paz se consolida dando lugar à reconstrução do país.

5. NOVOS RUMOS NA COOPERAÇÃO COM A ÁFRICA

Desde 1987, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) é o órgão executor da política de cooperação técnica do Itamaraty. Ela resultou da fusão de dois órgãos: a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), ligada à Secretaria de Planejamento, e a Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty¹⁹.

A ABC não só presta cooperação, mas atua também nesta área como intermediária a nível internacional, ajudando na identificação dos órgãos demandantes das suas necessidades e localizando as fontes prestadoras. Ela é, dessa forma, uma entidade mobilizadora e articuladora de competências, tanto domésticas quanto externas²⁰.

Ao mesmo tempo, como nos esclareceu a Dr^a Maria Beatriz Mello da Cunha, Coordenadora de CTPD, a ABC busca estabelecer um vínculo entre a cooperação prestada pelo Brasil e a abertura de oportunidades comerciais para as empresas do nosso país. Além disso, a participação de consultores brasileiros nas missões de diagnóstico possibilita a identificação de oportunidades comerciais ainda antes da implantação dos projetos²¹.

A cooperação técnica que o Brasil recebe dos países mais desenvolvidos é de muito maior volume do que aquela que ele presta aos países do Sul. A primeira representa uma entrada anual de recursos da ordem de US\$ 140 milhões; a segunda não ultrapassou a média de gastos de US\$ 6 milhões por ano, durante a década de 1980²².

Entre as fontes financiadoras da atuação da ABC estão as agências internacionais ou países com excedente de recursos que

bancam parte do financiamento da cooperação brasileira na África (sobretudo nos países de língua portuguesa), reconhecendo as vantagens comparativas que o Brasil apresenta não só a nível de identidade cultural e de tecnologia adequada, mas também de capital político, acumulado há mais de 15 anos, proveniente de uma atuação firme e coerente em relação à África, tanto no plano multilateral quanto bilateral.

A ABC sofreu uma mudança metodológica e uma nova escala de prioridades sob a atual chefia do ministro Carlos Alberto Azevedo Pimentel. Ele foi um pioneiro na cooperação com a África e é dotado de reconhecida vontade política para a área.

A Agência está priorizando ações programadas em projetos integrados, em detrimento das tradicionais atuações tópicas fruto de demandas nem sempre bem identificadas ou não-sinérgicas com as ações dos nossos parceiros africanos. Foi também estabelecida uma relação de países prioritários — entre os quais os PALOP e os da África Austral — e, a partir daí, são relacionados setores de atuação e conjuntos de programas cujos perfis de demanda e de prioridade são traçados pelos nossos parceiros africanos. Exemplo desse método de atuação são os Planos de Ação Trienal (1990/92), estabelecidos com Angola e Moçambique²³.

A nível multilateral, a ABC privilegia as ações de cooperação no seio da Conferência para a Cooperação e Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que é a organização-chave da região. De estrutura flexível, a SADCC capta financiamentos internacionais que são alocados nos diversos setores da economia, cada um dos quais coordenado por um país-membro.

Em sinergia com a ABC, outras agências brasileiras atuam na África, inclusive com financiamentos de terceiros. A Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), de São Paulo, é uma

das mais operosas e com excelente metodologia de cooperação.

Um dos aspectos enriquecedores da cooperação técnica internacional pode ser avaliado nas afirmações de Sinésio Bachetto, coordenador da Fundap: "o que ganhamos com a experiência em Cabo Verde e Moçambique (...) é algo que vale muito: a aquisição de experiência internacional do nosso quadro técnico. Ele volta com uma visão ampliada dos problemas da Administração Pública, com uma capacidade de universalização, de utilização do seu know-how muito maior"²⁴.

Um tipo de cooperação com a África que apresenta boas perspectivas é o Programa Estudante Convênio (PEC). Através dele, estudantes estrangeiros, na quase totalidade sul-americanos e africanos, obtêm vagas nas nossas universidades por solicitação dos seus governos ao Itamaraty e à CAPES. Esse programa envolve cerca de 400 africanos na graduação e 25 na pós-graduação. Alguns desses africanos — provenientes de alguns dos PALOP — recebem, além da vaga, uma bolsa de sustento.

Os valores dessas bolsas, sobretudo as de graduação, são baixos mesmo para os padrões brasileiros. O ministro Carlos Alberto Pimentel reconhece esse problema, bem como outros ligados à deficiência de apoio logístico. Ele afirmou que gostaria de ter recursos para aumentar o valor da bolsa e relacionou duas medidas que poderiam ser tomadas: maior apoio logístico por parte das universidades que recebem esses estudantes e a permissão jurídica para que eles possam trabalhar no decorrer do curso, especialmente nos últimos anos, como aliás faz a maior parte dos estudantes brasileiros²⁵.

Além desses programas, outras dezenas de africanos, pagos por agências da ONU e outras, freqüentam, em instituições brasileiras de excelência, cursos de especialização ou pós-graduação.

É de salientar que africanos cursam ou já concluíram o Instituto Rio Branco, o mesmo que forma os nossos diplomatas.

Todos esses programas constituem valioso investimento do qual se beneficiam os países africanos e o Brasil como um todo, em sua necessária projeção e integração internacionais. Nisso estão incluídas de modo muito favorável as empresas brasileiras, sobretudo as que atuam no exterior. Elas se beneficiam de um valioso capital político proveniente da ação governamental brasileira na África e de um inestimável estoque simbólico-cultural, étnico e linguístico, que é um acervo histórico do Brasil. E é à conta disso que as empresas deveriam dar uma maior contrapartida, em especial financeira, nas ações de cooperação com a África, de modo sistemático e coordenado e não topicamente, numa ou noutra promoção.

A visita do presidente Collor a quatro países da África Austral, em setembro de 1991, é um forte indicativo dessa ação e patrimônio brasileiros. Perguntado se a política africana do Brasil havia mudado com o novo governo, o Conselheiro Antonio José Resende de Castro, então chefe substituto do Departamento de África do Itamaraty, respondeu-nos que não. "Temos uma estratégia muito coerente e não uma política reativa. Ela independe de uma maior aproximação que o presidente Collor tenha feito com os países industrializados. A prova concreta da nossa política africana é que, apesar das dificuldades financeiras, mantivemos a posição e os investimentos em regiões-chave como a África Austral e em países de mais estreita ligação conosco, como são os de língua portuguesa. Temos hoje na África um grande crédito político, adquirido desde os tempos difíceis da pós-independência desses países lusófonos, e que hoje constitui um patrimônio do Brasil. É visando a utilização desse crédito, da nossa tecnologia adequada e de afinidades que temos que os países da Europa se associam a nós em opera

ções tripartites de cooperação com a África, entrando com os recursos financeiros, que nos escasseiam"²⁶. O Conselheiro Resende de Castro sublinhou uma característica muito especial da cooperação brasileira: não vendemos "caixas pretas". Ele deu como exemplo a venda ao Egito de aviões brasileiros para treinamento militar, os Tucanos. A venda foi acompanhada de licença de fabricação, treinamento, formação local de pessoal técnico, peças de reposição, etc. Em poucos anos, o Egito poderá fabricar, e até aperfeiçoar, esses aviões.

O Conselheiro se referiu também a alguns problemas nas relações com a África, como os de financiamento das exportações. Com a extinção do FINEX, o governo criou o Proex (Programa de Estímulo às Exportações) que, ao contrário do anterior, não é tão "generoso". As linhas de financiamento a curto prazo praticamente desapareceram e só são privilegiados os bens de consumo duráveis, serviços e equipamentos. Isso exclui portanto os produtos de consumo imediato, como alimentos, dos quais Angola, por exemplo, é um grande cliente.

O então presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros, Marcus Vinicius Prattini de Moraes, reclama dessa falta de financiamento e afirma que "não se faz comércio exterior hoje em dia sem linhas de financiamento"²⁷. O Embaixador do Brasil em Angola, Ruy Vasconcelos, também reconhece que essa falta de financiamento faz com que os investimentos brasileiros não tenham "o peso das aplicações de empresários sul-africanos, norte-americanos, portugueses e franceses na economia angolana". Mas, adianta: "a falta de financiamentos compromete alguns projetos, mas não abala outros de segura rentabilidade, os que vêm sendo executados pelas empresas brasileiras Odebrecht e Braspetro, por exemplo"²⁸.

César Souza, diretor de desenvolvimento internacional da Odebrecht, reconhece que "a continuidade da crise política e econômica sem precedentes tem inibido uma inserção mais eficaz do Brasil no cenário internacional. Uma das consequências da crise é a diminuição da capacidade de financiamento direto às exportações brasileiras e a resultante erosão da outrora relevante e competitiva presença do Brasil em algumas economias africanas, a exemplo de Angola, Nigéria, Moçambique e Argélia"²⁹. Souza adverte para o desafio que o Brasil terá de enfrentar se desejar participar na reconstrução da África Austral e interroga: "Irá o Brasil desempenhar um papel compatível com o investimento político e econômico feito durante os tempos difíceis do pós-independência de Angola?"³⁰.

Várias empresas brasileiras já estão respondendo a esse desafio. Na África Austral, mais precisamente em Angola, atuam hoje com maior destaque, cerca de 15 empresas. A pioneira foi a cadeia de supermercados Pão de Açúcar, ainda no tempo colonial, e que volta agora a abastecer o maior supermercado de Luanda.

A empresa Norberto Odebrecht é a principal responsável pelo maior empreendimento existente em Angola, e um dos maiores do continente no setor energético: a hidroelétrica de Capanda, a cerca de 400 km de Luanda.

No projeto, o maior que uma empresa brasileira executa no exterior, com um valor que já anda perto de dois bilhões de dólares, a Odebrecht é responsável por toda a obra civil e pela infraestrutura, enquanto a Furnas Centrais Elétricas presta assessoria técnica ao governo angolano. A empresa soviética Technopromexport (TPE) fez os estudos geológicos e fornecerá as turbinas. Esse empreendimento nasceu "de um casamento bem sucedido entre a iniciativa de empresários e a estratégia do Itamaraty de expandir

uma frente econômica junto aos países da África Austral", afirmou o diretor da Odebrecht para Capanda, Paulo Lustosa³¹. A participação financeira inicial do Brasil foi em torno de US\$ 500 milhões, entrando a importação de petróleo como contrapartida angolana.

A Odebrecht alargou substancialmente a sua atuação em Angola ao assinar, em abril de 1991, um contrato de risco com a Endiama - Empresa Nacional de Diamantes - no valor de US\$ 800 milhões de dólares. O projeto, cognominado Luzamba, prevê a produção de 6,3 milhões de quilates por um período de sete anos. "Eles já produzem cerca de 1 milhão de quilates por ano e a nossa meta é chegar aos 2 milhões", disse o vice-presidente da Odebrecht Renato Biardi³².

A Braspetro, subsidiária da Petrobrás para atuação no exterior, participa da exploração de petróleo em Angola desde 1980, em associação com a Sonangol, estatal angolana, e algumas multinacionais. Atuando no chamado "bloco 2", a Braspetro acaba de descobrir mais dois poços de petróleo que somados têm um potencial superior a três mil barris diários (o consórcio do bloco 2 já produz cerca de 50 mil barris diários, dos quais 11 mil são da Braspetro)³³.

Um dos mais ricos países da África, Angola é, em termos globais, o mais importante parceiro do Brasil nesse continente. É aquele com quem mais compartilhamos a formação histórica, a cultura e até a língua. É nele onde temos o maior investimento político e econômico no exterior. É o país africano onde trabalha o maior número de brasileiros. Angola vem sendo nestes últimos dez anos um dos cinco maiores parceiros comerciais do Brasil na África, sendo os outros: Nigéria, Egito, Argélia e África do Sul. Desde 1986, o comércio bilateral de Angola com o Brasil cresceu a uma média de 15% ao ano, embora com variações anuais sensíveis³⁴. Em

1989, por exemplo, as importações angolanas foram de US\$ 1,27 bilhão, dos quais US\$ 127 milhões vieram do Brasil, seu terceiro fornecedor, após Portugal e França. Contudo, em 1987 o Brasil assegurava o primeiro lugar com US\$ 227 milhões³⁵.

O comércio de Angola com o Brasil não tem atingido níveis mais elevados basicamente por duas razões. A primeira, é que Angola não tem podido aumentar a sua cota de petróleo que permanece em 20 mil barris diários, e não pode subir para 30 mil conforme desejava o governo brasileiro. A segunda razão, foi a interrupção das linhas de créditos a curto prazo oferecidas até poucos anos pelo Brasil e até julho de 1992 não haviam sido retomadas.

Outra negociação que está sendo levada a bons termos é o pagamento dos serviços da dívida angolana com o Brasil. Este país é o nosso segundo maior devedor, após a Polônia. Em março de 1991, essa dívida estava em US\$ 926 milhões. Desse montante, somente 11,5% referiam-se a débitos vencidos³⁶.

Em entrevista ao Jornal de Angola, o presidente Collor esclareceu a questão das linhas de crédito: "o Brasil nunca deixou de conceder créditos a Angola, mesmo no auge do conflito e quando as demais portas pareciam estar fechadas (...). A suspensão das linhas de crédito a curto prazo foi geral—e não só no caso angolano". E acrescentou: "Angola é o país que mais se beneficia, no continente africano, de bolsas de estudo e vagas em estabelecimentos de ensino brasileiros, desde a formação técnica até pós-graduação"³⁷.

Outro país africano importante para o Brasil é Moçambique. Com ele também partilhamos o patrimônio histórico, cultural e linguístico que referimos para Angola. Com perto de 16 milhões de habitantes, é a mais populosa das ex-colônias portuguesas, está situado na face leste da África Austral, banhado pelo Oceano Índi-

co.

Moçambique goza de uma posição privilegiada, da qual o Brasil pode se beneficiar. Com três excelentes portos de água profunda (Maputo, Beira e Nacala), esse país pode se transformar numa passagem obrigatória para os navios brasileiros que demandam o Oriente, sobretudo o Japão. Por outro lado, Moçambique constitui a via preferencial de acesso ao mar para países mediterrâneos dessa região-chave: Zimbábue, Zâmbia, Malaui e Botsuana, sendo que mesmo a África do Sul tem em Maputo um porto de eleição para a sua província do Transvaal.

Para viabilizar um maior fluxo comercial entre Brasil e Moçambique (hoje reduzido à soma insignificante de US\$ 13,3 milhões), seria ideal uma mercadoria de retorno que servisse de contrapartida às exportações brasileiras. Essa mercadoria existe em potencial: é o carvão metalúrgico (coque) a ser explorado na jazida de Moatise, na província do Tete, no norte de Moçambique. O Brasil necessita desse produto, pois importa atualmente onze milhões de toneladas³⁸.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) fez um estudo de pré-viabilidade não só para a exploração do carvão, como de uma ferrovia para seu escoamento e de instalações portuárias adequadas. Segundo informações que colhemos, esse estudo apontou para a necessidade de elaborar um projeto de viabilidade, cujo custo orçaria em US\$ 40 milhões, nele estando incluídas algumas obras preliminares. Os investimentos necessários para a execução de todo o empreendimento ascenderiam a US\$ 1,6 bilhão, em dez anos, com uma previsão para a produção de dez milhões de toneladas anuais.

Apontando para a importância política e estratégica desse empreendimento, o Itamaraty vem lutando para que ele seja assumido pelo Brasil, mesmo que associado a empresas de outros países.

Na visita do presidente Collor a Moçambique, em 1991, esse assunto teve um lugar privilegiado na agenda. A solução foi postergada; não haveria no momento a possibilidade de um engajamento financeiro substantivo por parte da CVRD. É provável, contudo, que se forme um consórcio da parte brasileira que, além da CVRD, inclua a Andrade Gutierrez e a Odebrecht³⁹.

NOTAS

- 1 - Este retrospecto se encontra em alguns trabalhos resultantes do programa de pesquisa "Relações Brasil-África" do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA - do Conjunto Universitário Cândido Mendes, Rio de Janeiro, de autoria de Jacques d'Adesky: "Intercâmbio comercial Brasil-África (1958-1977): problemas e perspectivas", in: Estudos Afro-Asiáticos, n. 3, 1980; "Brasil-África: convergências para uma cooperação privilegiada", in: Estudos Afro-Asiáticos, n. 4, 1980; "Une analyse des relations économiques Brésil-Afrique Austral", mimeo., CEAA, 1982; "A questão das divisas e dos financiamentos nas relações econômicas Brasil-África", in: Estudos Afro-Asiáticos, n. 6/7, 1982; "As relações Brasil-África no contexto das relações internacionais", in: Estudos Afro-Asiáticos, n. 11, 1985; de autoria de João Ribeiro Fragoso: "As reformulações na política externa brasileira nos anos 70", in: Estudos Afro-Asiáticos, n. 5, 1981; "Notas sobre a política externa brasileira dos anos 50-70", in Estudos Afro-Asiáticos, n. 10, 1984; de autoria de José Maria Nunes Pereira: "Relações Brasil-África: um perfil histórico", mimeo., Latin American Studies Association,

Bloomington, EUA, 1980; "Relaciones Brasil-África: Problemas y perspectivas", in: Hélio Jaguaribe (org.). La política internacional de los 80: una perspectiva latinoamericana, Buenos Aires, Belgrano, 1982; "L'impératif de la coopération Sud-Sud, in: Recherche, Pédagogie et Culture, n. 64, oct. - déc., 1983; "Brasil-África no governo Figueiredo: um balanço", in: Contexto Internacional, n. 2, jul. - dez., 1985; "Brasil-África do Sul: as palavras, os atos e o ouro", in: Brasil Perspectivas Internacionais, n. 14, abr. - jun., 1987.

- 2 - CARDOSO, Renato. Cooperação e desenvolvimento na África. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, n. 17, p. 94-116, set. 1989, p. 95.
- 3 - HASKI, Pierre. Afrique sub-saharienne; marginalisation croissante. In: Le nouvel état du monde géopolitique; bilan de la décennie 1980-1990. Paris, Découverte, 1990, p. 336.
- 4 - LAÏDI, Zaki. L'Afrique, hier considérée comme continent stratégique, est aujourd'hui délaissée. Paris, Découverte, 1990, p. 52.
- 5 - CARTA DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS (da FUNCEX). Rio de Janeiro, n. 13, nov. 1991.
- 6 - SELCHER, Wayne A. Brazil's Multilateral Relations; between first and third worlds. Boulder/Colorado, Westview Replica, 1978, passim.

- 7 - GRABENDORFF, W. La política exterior brasileira entre el Primer y el Tercer Mundos. Revista Argentina de Relaciones Internacionales, v. 5, n. 15, set. - out., 1979, p. 42.
- 8 - LAFER, Celso. O Brasil e a crise mundial. São Paulo, Perspectiva, 1984, p. 127.
- 9 - SARDENBERG, Ronaldo Mota. A política externa do Brasil e a América Latina (mimeo.). Rio de Janeiro, PUC/IRI, 1980; Idem. A política externa do Brasil num mundo em mudança. Brasília, UnB, 1981 (Estudos de Problemas Brasileiros, n. 11), p. 6.
- 10 - CAMPOS, Roberto. De volta à gafieira... O Globo, Rio de Janeiro, 15 set. 1991.
- 11 - AMADO, Rodrigo (org.). Araújo Castro. Brasília, UnB, 1982, p. 224.
- 12 - Idem, ib., p. 224.
- 13 - SOLANO, Daniel. Le Brésil et l'Afrique em 1988. Marchés Tropicaux. Paris, 22 juillet 1988, p. 2021.
- 14 - African Business, Londres, nov. 1986 (mensagem comercial).
- 15 - SOLANO, Daniel. Op. cit., p. 2010.
- 16 - PEREIRA, José Maria Nunes. Nigéria em Estado de emergência econômica. Conjuntura Africana. Rio de Janeiro, a. 1, n. 10, p. 1-8, out./nov. 1985, p. 1.

- 17 - BRASIL - 1990. COMÉRCIO EXTERIOR. Exportação. Países. Mercadorias. Rio de Janeiro, Banco do Brasil (DECEX/CTIC/COEST), v. 3, 1990.
- 18 - Entrevista com delegação nigeriana: A. D. J. Blankson (Embaixador e Vice-Diretor Geral para Assuntos Políticos), Sr. T. Odegbile (Diretor-Geral Adjunto para as Américas e Caribe) e o Sr. J. Keshi (Encarregado do "Brazil Desk" no Departamento de Américas e Caribe), realizada no Rio de Janeiro, CEAA, 6 dez. 1991.
- 19 - AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Relatório Anual de Atividades - 1989. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, mar. 1990, p. 7.
- 20 - Idem, ibid., p. 7.
- 21 - Entrevista com Dr^a Maria Beatriz Mello da Cunha, Coordenadora de CTPD, realizada em Brasília, 14 de nov. 1991.
- 22 - AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Op. cit., p. 8.
- 23 - Entrevista com o ministro Carlos Azevedo Pimentel, diretor da ABC, realizada em Brasília, 13 nov. 1991.
- 24 - SEMINÁRIO SOBRE MOÇAMBIQUE, 1, 1988. São Paulo. Documentos de Trabalho... São Paulo, Fundação de Desenvolvimento Administrativo, 1988. 1 v, n. 26, p. 49-50.

- 25 - Dados colhidos diretamente da Divisão de Formação e Treinamento do Itamaraty. Brasília, 13-14 nov. 1991.
- 26 - Idem.
- 27 - MORAES, Marcus V. P. de. "Brasil não representa nada no comércio exterior". Afrochamber. São Paulo, a. 1, n. 1, jan./fev. 1991, p. 8.
- 28 - VACONCELOS, Ruy. Angola oferece maiores oportunidades ao Brasil; Fatia expressiva dos investimentos. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 7 set. 1991. Também entrevistamos o Embaixador, no CEAA, em 09 dez. 1991.
- 29 - SEMINÁRIO PORTUGAL-BRASIL-ÁFRICA: QUE CONVERGÊNCIAS?, 1, 1989. Lisboa. Papers ... Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1989, p. 7.
- 30 - SOUZA, Carlos César. Economic Reconstruction of Angola: which role will Brazil play? Washington, The Center for Brazilian Studies - The Johns Hopkins University, 1989, p. 2.
- 31 - Collor visita hidrelétrica em Capanda. Gazeta Mercantil, São Paulo, 10 set. 1991; Protocolo incrementa troca de experiências; visita a Angola abre mercados. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 11 set. 1991.

- 32 - TOGNOZZI, Marcelo. O grande salto da Odebrecht; grupo empresarial que fechar o ano com contratos de US\$ 1 bilhão no exterior. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 maio 1991; SILVA, Francisco R. de Oliveira e. O abraço de Collor a Angola. O Globo, Rio de Janeiro, 5 set. 1991.
- 33 - Braspetro acha mais petróleo em Angola. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 13 out. 1990; Braspetro acha óleo em Angola. O Fluminense, Niterói (RJ), 6 set. 1991.
- 34 - BOMFIM, Octávio. Visita pode aumentar o comércio com África; Embaixador angolano vê laços fortalecidos. Correio Brasiliense, Brasília, 8 set. 1991.
- 35 - EIU - Economist Intelligence Unit, 1991-1992.
- 36 - DECEX e CIEF.
- 37 - Apud. Collor elogia a integração com Angola. Correio Brasiliense, Brasília, 9 set. 1991.
- 38 - Collor defende diálogo Norte-Sul; Apoio Político e cooperação marcam visita; Moçambique abre os portos para o Brasil. Diário do Comércio, Belo Horizonte, 13 set. 1991.
- 39 - A SEMANA NA ÁFRICA. Clipping sobre PALOP e ÁFRICA AUSTRAL. Rio de Janeiro, CEAA, n. 6, 16 a 22 set. 1991, pp. 1 e 38.